

Anexo B – Legislação do Programa Bolsa Família

Leis

Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008

Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007

Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências. Convertida na Lei nº 6.135, de 10 de junho de 2008.

Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003

Cria o Programa Bolsa família e dá outras providências (convertida na Lei nº 10.836, de 09/01/2004).

Decretos

Decreto nº 6.491, de 26 de junho de 2008

Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

Decreto nº 6.392, de 12 de março de 2008,

Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Decreto nº 6.157, de 16 de julho de 2007,

Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007

Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006

Atualiza os valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza, no âmbito do Programa Bolsa Família.

Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004

Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09/01/2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001

Institui o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Portarias

Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008

Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, disciplinado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

Portaria nº 341, de 07 de outubro de 2008

Dispõe sobre procedimentos operacionais necessários ao ingresso de famílias no Programa Bolsa Família.

Portaria nº 321, de 29 de setembro de 2008

Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família; revoga a Portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005, e dá outras providências.

Portaria nº 240, de 10 de julho de 2008

Altera a Portaria GM/MDS nº 87, de 12 de março de 2008.

Portaria nº 220, de 25 de junho de 2008

Altera a Portaria GM/MDS nº 148, de 27 de abril de 2006, que estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família - PBF e do

Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, no âmbito dos municípios, e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa - IGD.

Portaria nº 87, de 12 de março de 2008

Autoriza a realização do Segundo Prêmio Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família, aprova o seu edital e institui o Observatório de Boas Práticas de Gestão do Programa Bolsa Família.

Portaria nº 76, de 07 de março de 2008

Estabelece normas, critérios e procedimentos para a adesão dos estados ao Programa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e para o apoio à gestão estadual desses programas.

Portaria nº 66, de 04 de março de 2008

Altera a Portaria GM/MDS nº 148, de 27 de abril de 2006, que estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família - PBF do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico no âmbito dos municípios, e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa.

Portaria nº 416, de 14 de novembro de 2007

Altera os arts 1º e 2º, caput e § 2º da Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005.

Portaria nº 351, de 03 de outubro de 2007

Dispõe sobre a adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e dá outras providências.

Portaria nº 350, de 03 de outubro de 2007

Dispõe sobre a celebração do Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no contexto do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único.

Portaria nº 287, de 07 de agosto de 2007

Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005.

Portaria nº 176, de 18 de maio de 2007

Altera a Portaria nº 532, de 3 de novembro de 2005, para definir novas regras de fixação do calendário de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família.

Portaria nº 40, de 25 de janeiro de 2007

Altera portaria nº 148, de 27 de abril de 2006.

Portaria nº 380, de 12 de Dezembro de 2006

Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005.

Portaria nº 256, de 18 de Julho de 2006

Altera dispositivos da Portaria nº 148, de 27 de abril de 2006.

Portaria GM/MDS nº 232, de 29 de junho de 2006

Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005.

Portaria GM/MDS nº 148, de 27 de abril de 2006

Estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal no âmbito dos municípios, e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa.

Portaria GM/MDS nº 68, de 08 de março de 2006

Altera prazos fixados nas Portarias GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005 e GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005.

Portaria GM/MDS nº 672, de 29 de dezembro de 2005

Altera prazos fixados nas Portarias GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005 e GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005, e estabelece critérios para remuneração no Cadastro Único das famílias beneficiárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005

Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Portaria GM/MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005

Estabelece normas e procedimentos para a gestão de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005

Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Portaria GM/MDS nº 532, de 3 de novembro de 2005

Define regras de fixação do calendário de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes.

Portaria GM/MDS nº 454, de 6 de setembro de 2005

Altera os artigos 6º, 7º e 8º, modifica o Anexo I e cria os Anexos II e III da Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005.

Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005

Estabelece critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros aos municípios, Estados e Distrito Federal, destinados à implementação e desenvolvimento do Programa Bolsa Família e à manutenção e aprimoramento do Cadastro Único de Programas Sociais.

Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005

Aprova os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família, à designação dos gestores municipais do Programa e à informação sobre sua instância local de controle social, e define o procedimento de adesão dos entes locais ao referido Programa.

Portaria GM/MDS nº 737, de 15 de dezembro de 2004

Regulamenta o Benefício Variável de Caráter Extraordinário do Programa Bolsa Família.

Portaria GM/MDS nº 660, de 11 de novembro de 2004

Autoriza, em caráter provisório, os Comitês Gestores do Cartão Alimentação e os Conselhos Municipais de Assistência Social a realizar o controle social do Programa Bolsa Família.

Portaria GM/MS nº 2.246, de 18 de outubro de 2004

Institui e divulga orientações básicas para Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, no âmbito das ações básicas de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, em todo território nacional.

Portaria SENARC/MDS nº 1, de 3 de setembro de 2004

Disciplina as ações voltadas ao desenvolvimento, aplicação e aprimoramento da metodologia-padrão construída para instrumentalizar as atividades de fiscalização, acompanhamento e controle da execução e gestão local de programas municipais e estaduais, apoiados financeiramente pela União, do Programa Bolsa Família.

Portaria Interministerial MS/MDS nº 2.509, de 18/11/2004

Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17/11/2004

Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de educação relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes.

Instruções Operacionais

Instrução Operacional Senarc/MDS nº 28, de 13 de fevereiro de 2009

Divulga aos municípios informações e procedimentos de atualização ou revalidação cadastral dos domicílios no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico), para implantação da revisão cadastral dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Instrução Operacional Senarc/MDS nº 27, de 22 de janeiro de 2009

Divulga aos municípios orientações sobre a utilização do Sistema de Atendimento e Solicitação de Formulários (Sasf).

Instrução Operacional Senarc/MDS nº 26, de 17 de dezembro de 2008

Divulga aos municípios orientações e procedimentos a serem adotados no que se refere aos Recursos apresentados por famílias com registros de descumprimento de condicionalidades.

Instrução Operacional Senarc/MDS nº 25, de 05 de setembro de 2008

Divulga aos municípios orientações sobre a busca ativa de famílias beneficiárias do Bolsa Família com todos os integrantes em idade escolar “sem informação” de frequência escolar, e procedimentos a serem adotados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), relativos ao bloqueio e cancelamento do benefício.

Instrução Operacional Senarc/MDS nº 24 (reeditada em 17 de setembro de 2008)

Orienta quanto aos procedimentos necessários às ações de atualização cadastral e gestão de benefícios das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), em razão da identificação de inconsistência nas informações de renda obtidas por meio da comparação das informações do CadÚnico com as da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Instrução Operacional Senarc/MDS nº 23, de 31 de julho de 2008 (reeditada em 19 de janeiro de 2009)

Divulga aos municípios orientações para a substituição de Prefeito, Prefeitura, Gestor Municipal e de Instância de Controle Social (ICS) do PBF, e procedimentos para alteração de seus dados cadastrais, bem como os procedimentos para o Acesso Sistema de Gestão Integrada (SGI).

Instrução Operacional Senarc/MDS nº 22, de 25 de julho de 2008

Divulga procedimentos operacionais aos municípios para acesso à Central de Sistemas da Senarc.

Instrução Operacional Senarc/MDS nº 21, de 29 de fevereiro de 2008

(Reeditada) Divulga auditoria realizada por meio da comparação entre as bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família.

Instrução Operacional Senarc/MDS nº 20, de 14 de dezembro de 2007

Divulga aos municípios orientações sobre o preenchimento das informações referentes aos novos campos constantes na versão 6.0.5 do Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do CadÚnico.

Instrução Operacional Conjunta Senarc/MDS – Secad/MEC nº 01, de 15 de agosto de 2007

Divulga aos gestores municipais do Programa Bolsa Família procedimentos para encaminhamento dos inscritos no CadÚnico às ações de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado.

Instrução Operacional nº 19, de 1º de agosto de 2007 (revisada)

Divulga os procedimentos e as orientações para a correta utilização do arquivo denominado "Base CAIXA", disponibilizado aos municípios para importação pelo aplicativo *off-line*, no caso de perda total ou parcial de sua base local.

Instrução Operacional Conjunta Senarc-SNAS/MDS nº 02, de 31 de julho de 2007

Divulga procedimentos operacionais para o cadastramento de idosos com 60 anos ou mais, com renda individual mensal igual ou inferior a 2 salários mínimos e sem meios de comprovação de renda, para emissão da Carteira do Idoso.

Instrução Operacional nº 18, de 15 de maio de 2007

Divulga auditoria realizada por meio da comparação entre as bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família.

Instrução Operacional nº 17, de 16 de abril de 2007

Divulga procedimentos operacionais para o Cadastramento de estudantes de 9 anos, do ensino fundamental, no Cadastro Único de Programas Sociais.

Instrução Operacional nº 16, de 11 de janeiro de 2007, reeditada em 26 de fevereiro de 2007.

Divulga procedimentos operacionais para a concessão do desconto da tarifa social de energia elétrica para unidades domiciliares com consumo médio mensal situado entre 80kWh e 220 kWh (ou o limite regional).

Instrução Operacional nº 15, de 13 de dezembro de 2006

Divulga aos Estados e Municípios orientações sobre os procedimentos para credenciamento de usuários ao Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família.

Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS nº 01, de 14 de março de 2006

Divulga aos municípios orientações sobre operacionalização da integração entre o Programa Bolsa família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no que se refere à inserção, no Cadastro Único, das famílias beneficiárias do PETI e famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 14, de 10 de agosto de 2006

Divulga auditoria realizada sobre o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 13, de 20 de abril de 2006

Divulga os critérios utilizados para o processamento do bloqueio dos benefícios dos Programas Remanescentes com base no CADBES e orienta as Prefeituras acerca da complementação dos dados e do desbloqueio dos benefícios.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 12, de 3 de fevereiro de 2006

Divulga aos municípios orientações sobre a repercussão automática de alterações cadastrais do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal no Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 11, de 22 de novembro de 2005

Divulga auditoria realizada sobre o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e sua repercussão sobre os benefícios dos programas de transferência de renda do Governo Federal.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 10, de 31 de agosto de 2005

Divulga orientações e procedimentos operacionais aos municípios e esclarece sobre procedimentos utilizados pelo Governo Federal para marcação de domicílios ativos e inativos no Cadastro Único.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 9, de 05 de agosto de 2005

Divulga instruções sobre os procedimentos operacionais necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas

Sociais; orienta os gestores e técnicos sobre a designação do gestor municipal do Bolsa Família e a formalização da Instância de Controle Social do Programa, e especifica a documentação a ser anexada para fins de comprovação das medidas adotadas.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 8, de 20 de junho de 2005

Divulga auditoria realizada sobre as folhas de pagamento dos programas de transferência de renda do Governo Federal, assim como orientação aos municípios para tratamento de casos de multiplicidade cadastral.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 7, de 20 de maio de 2005

Divulga aos municípios instruções sobre procedimentos operacionais para o tratamento de eventuais inconsistências nos dados do Cadastro Único; publica os novos critérios de validação dos registros desse cadastro, e define orientações para análise e validação dos resultados da comparação dos dados de renda do Cadastro Único com os da Relação Anual de Informações Sociais de 2003.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 5, de 15 de fevereiro de 2005

Divulga procedimentos operacionais aos municípios para importação de base cadastral do Cadastro Único.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 4, de 14 de fevereiro de 2005

Divulga procedimentos operacionais aos municípios para tratamento de bloqueios por multiplicidade cadastral.

Instrução Operacional SENARC/MDS nº 1, de 19 de maio de 2004

Divulga procedimentos operacionais aos municípios para tratamento de bloqueios por multiplicidade cadastral.